

ARTIGO

O PAPEL DO ACOLHIMENTO AO ALUNO DA EJA

Adriana Veiga Martins¹
Ana Paula Shimizu Bardichi²

RESUMO

Este estudo tem por objetivo explicitar a importância de a escola e seus atores promoverem acolhimento aos alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos). Justifica-se este estudo, pois o acolhimento é fator essencial na continuidade dos estudos do aluno da EJA, já que são, em sua maioria, pessoas que não tiveram acesso à educação básica na idade correta, devido aos mais diversos impedimentos; ao retornarem aos estudos tardiamente, trazem consigo medos e incertezas, daí o papel relevante do acolhimento nesta retomada. Para tanto foi feita uma pesquisa bibliográfica, com a análise de documentos, ideias e pensamentos de estudiosos. Os resultados mostraram que o professor tem papel decisivo para assegurar o acolhimento a estes alunos, que, muitas vezes, trazem consigo riquíssimas histórias de vida, como também condições adversas na continuidade de seus estudos, ainda que tardiamente.

Este assunto é de relevância educacional, pois a escola precisa exercer seu papel de cidadão de acolher alunos, a fim de assegurar a educação como o direito constitucional de todo cidadão.

Palavras-chave: Relação professor-aluno, ensino-aprendizagem, acolhimento, cidadania

ABSTRACT

This paper aims to evidence the importance of school and its actors to promote welcoming to EJA students. This study is justified, as welcoming to EJA (Youth and Adult Schooling) students is essential to the continuity of EJA students, as they are, most of time, people who hadn't have access to fundamental education at the proper age, due to various reasons; when returning to studies belatedly, they bring with them fears and uncertainties, this way the relevant role of welcoming in this resumption. That's why a bibliographic research took place, by analyzing documents, ideas and scholars thoughts. The results showed that teacher has a crucial role to assure the welcoming to those students, who, many times, bring with them deeply rich life stories, as well as adverse conditions when continuity in school, even belatedly.

This subject has pedagogical relevance, as schools must carry on its role of welcoming students, in order to assure education as a constitutional right that every citizen has.

Keywords: Teacher-student relationship, teaching-learning, citizenship.

¹ Aluna do curso de Licenciatura em Letras do Centro Universitário Sumaré

² Professora do Ensino Superior e atual pró-reitora do Instituto Superior de Educação e Coordenadora de Pesquisa e Extensão do Centro Universitário Sumaré.

1 INTRODUÇÃO

A palavra acolher advém do Latim *acolligere*, que significa levar em consideração, receber. No dicionário Houaiss, o termo ‘acolher’ significa: Receber alguém; hospedar, agasalhar. Zilda Arns Neumann foi médica pediatra e sanitaria, fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança, fundadora e coordenadora nacional da Pastoral da Pessoa Idosa, organismos de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É atribuída a ela uma frase que corrobora com o sentido do termo: "Amar é acolher, é compreender, é fazer o outro crescer" (2005).

Ao acolher, é dado suporte emocional a alguém que precisa de apoio e é criado espaço para que a pessoa seja quem ela é, e o que almeja se tornar. É uma ação de aproximação, uma atitude de inclusão, é transformar estranhos em amigos. Segundo Silva (2021), “a escola é um ambiente multicultural de convívio social dinâmico, com sujeitos e personalidades diversas, e realidades diferentes, o que por si só já justificam a necessidade de conversação e acolhimento. A realidade vivida por esses alunos se diferencia do mundo dos livros didáticos” Vale ressaltar que o aluno da EJA, em determinada época da vida, interrompeu seus estudos por motivos diversos e, ao retornar para a escola, busca a conclusão da Educação Básica para alcançar algum sonho pessoal. Enfrenta, pois, inúmeros desafios nesse momento e, se não for acolhido pela comunidade escolar – professores, colegas de classe, coordenação pedagógica – há uma grande chance de interromper novamente seus estudos, justamente pelo sentimento de não ser capaz, algo que o acolhimento consegue enfrentar.

É a partir do acolhimento e do respeito mútuo que se torna possível criar ambientes saudáveis e produtivos, com otimização do processo de aprendizagem e superação de muitos desafios.

Esta pesquisa abordará as dimensões do acolhimento pedagógico, especialmente no contexto dos alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos), uma vez tais alunos que enfrentam inúmeras situações que podem contribuir para não seguirem em frente com seus estudos, abdicando de seus sonhos.

Diante do exposto é feita a seguinte pergunta: Quão importante é o acolhimento no processo ensino-aprendizagem do aluno da EJA?

No Brasil, há 163 milhões com mais de 15 anos de idade ou mais, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022. Desse total, estima-se que 11,4 milhões não sabem ler e escrever. É válido ressaltar que a alfabetização varia muito de região em região do Brasil, de modo a evidenciar as desigualdades do país. Enquanto apenas 3,4% da população do sul do Brasil não sabe ler ou escrever, menor número dentre as regiões, 14,2% do Nordeste é analfabeto, o dobro da média nacional. Seguidos da região Sul, o Sudeste apresenta taxa de 3,9%, o Centro-Oeste de 5,1% e o Norte de 8,2%.

Destaca-se também o fato de que algumas esferas sociais são mais afetadas do que outras. Quanto à faixa etária da população, 1 em cada 5 brasileiros acima de 65 anos não sabem ler e escrever, o que corresponde a 20% deles. Essa faixa etária é a mais atingida. As mulheres também são mais alfabetizadas do que homens em todas as faixas etárias, exceto acima de 65 anos. Quanto às raças, os indígenas são os mais afetados: 16,1% analfabetos, contra 4,3% de brancos, os mais alfabetizados.

Algumas pessoas que se encontram em condições de analfabetismo total, analfabetismo funcional ou as que não tiveram oportunidade de estudar na idade regular, com muito esforço e dedicação, retornam sua vida escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A EJA é uma modalidade de ensino direcionada para jovens e adultos a partir dos 15 anos de idade, podendo ser presencial ou a distância, que por algum motivo não poderão concluir o ensino na idade correta. De um modo geral são alunos com diversas histórias, muitas delas marcadas por dificuldades na vida, que foram justamente a causa do retorno aos estudos tardiamente.

Justifica-se, portanto, este estudo, pois, segundo Leite (2013), o aluno da EJA é formado por “pessoas totalmente carentes, são trabalhadores, tem sua linguagem própria, e a toda instante expressa a sua veracidade na sociedade, tem-se um desejo e uma necessidade para a busca de um ensino aprendizado. Esses jovens e adultos são portadores de culturas; do meio rural, da periferia, da vila, da origem étnica, da religião etc. eles educam, cuidam de si e dos outros, possuem múltiplos saberes, apesar de não possuírem saberes propriamente escolares”. O acolhimento é fator essencial na continuidade dos estudos do aluno da EJA.

O artigo 37 da LDB 9394/96, trata da Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

A educação é importante para o desenvolvimento do ser humano, para toda modalidade de ensino. Atualmente no Brasil, a dificuldade que encontramos na EJA é que as salas de aulas são bastante diversificadas com várias faixas etárias, portanto é preciso que o professor adote várias estratégias na aula, porque às vezes os mais jovens terminam suas atividades primeiro que os mais velhos e com isto muitos desistem de estudar porque acham que estão atrasando a turma. Desta forma, essa pesquisa tem como hipóteses:

- O acolhimento é fator essencial no processo ensino-aprendizagem do aluno da EJA;
- O papel docente, se não for extremamente eficiente do ponto de vista do respeito às diferenças no processo ensino-aprendizagem do aluno da EJA, será motivador de desistência dos estudos.

Inúmeras intercorrências caracterizam os estudantes EJA (Educação de Jovens e Adultos), uma vez que a maioria é composta por trabalhadores que desempenham várias funções. Muitos passam algum tempo na escola, porém as muitas demandas que enfrentam em suas vidas pessoais os desafiaram a se manterem nos estudos. Problemas com horários e carga de trabalho, férias, licenças médicas, entre outros, podem se tornar impeditivos para uma frequência linear nos estudos. Não obstante a tantos desafios, a questão da falta de acolhimento e falta de estímulo pedagógico pode contribuir significativamente para a descontinuidade dos estudos. Daí ser de notória necessidade haver um trabalho firme e abrangente, dedicado e com interesse da instituição escolar.

Sendo assim, o objetivo geral dessa pesquisa é explicitar a importância de a escola e seus atores promoverem acolhimento aos alunos da EJA.

Desse objetivo geral, desdobram-se os seguintes objetivos específicos:

- Informar sobre a história da EJA no Brasil;

- Traçar um perfil do aluno estudante da EJA;
- Abordar o acolhimento como prática pedagógica ao aluno em classe da EJA;
- Elencar práticas pedagógicas exitosas em classes de EJA que concernem o acolhimento como condição essencial.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História da EJA no Brasil

Ao contrário do que pensa o senso comum, que atribui somente à LDB (Lei de Diretrizes e Bases de 1996) o início da EJA de Jovens e Adultos iniciou no Brasil desde a época do descobrimento, época em que o objeto da aprendizagem era dirigido somente ao trabalho agrícola.

Durante o Brasil Colônia, os ensinamentos (ler e escrever) eram a índios e escravos, cujo objetivo era somente difundir o catolicismo e obter mão de obra. Por volta de 1760, durante o governo do Marquês de Pombal, houve registros de alfabetização de adultos, período em que o Estado controlava financeira e ideologicamente a educação.

A chegada da Família Real ao Brasil trouxe uma mudança significativa: a educação era destinada exclusivamente à elite. Segundo Souza (2011, p. 35), “a população pobre era a mais atingida pela falta de acesso à escola; as mulheres mais pobres não recebiam instrução, enquanto as da elite recebiam educação em suas casas”. Contudo, surgiu a necessidade de trabalhadores alfabetizados para atender à corte; dessa forma foi implantada a alfabetização de adultos, porém apenas para os trabalhadores da corte.

Em 1827, ocorreu a implementação de um método de ensino chamado o Método Mútuo ou Método Lancaster, cujo objetivo era alfabetizar rapidamente um grande número de pessoas: estudantes ensinavam um grupo de dez estudantes em estágio menor de aprendizagem sob orientação de inspetores. O estudante “professor” era denominado decurião³, que ensinava as decúrias⁴.

No Primeiro Império (1822-1831), segundo a constituição vigente, a instrução primária era gratuita para todos os cidadãos. Em 1827, foi instituída a Lei de Educação Primária. No Governo Regencial (1834), as províncias passaram a ser responsáveis pelo Ensino Primário e Secundário; surgiu em Niterói a primeira Escola Normal do Brasil e, no Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II, que estabelecia as diretrizes para o Ensino Secundário.

Vale ressaltar que, apesar das mudanças positivas à educação, as oligarquias econômicas locais não se interessavam por melhorar as condições de vida da população: as escolas de primeiras letras raramente foram efetivadas; muitas vezes a educação só ocorria nas residências de professores.

O decreto 7.242, de 1879, previu a criação de cursos para analfabetos livres ou libertos do sexo masculino – período em que ainda havia a escravidão, nem todas as pessoas eram livres ou libertas - época em que os índices de analfabetismo eram muito altos. A escolarização havia se tornado critério de ascensão social. Segundo o Censo Nacional de 1890, havia 85,21% de “iletrados” na população total brasileira.

³ Nome em alusão ao chefe de uma decúria, corpo militar romano de cavalaria e infantaria, composto de dez soldados.

⁴ Grupo ou classe de dez indivíduos.

Na Primeira República (1889-1930), a partir da Constituição Federal de 1891, foram instituídos direitos educacionais, mas que, infelizmente, em grande parte não foram efetivados.

Havia a ideia de que um adulto analfabeto era de um indivíduo improdutivo e incapaz. O objetivo da alfabetização era regenerar o povo, vencer a vergonha nacional causada pelo alto índice de analfabetismo no país, por meio da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, e campanhas.

Esses altos índices de analfabetismo motivaram, em 1915, o surgimento de um método de 'desanalfabetização', cujo autor foi Abner de Brito; sua proposta era alfabetizar em sete lições. No início do século XX, surgiram diversos movimentos sociais e foram efetivadas diversas reformas educacionais:

- Em 1920, em São Paulo;
- Em 1923, no Ceará;
- Em 1925, na Bahia;
- Em 1927, em Minas Gerais;
- Em 1929, no Distrito Federal e em Pernambuco;
- Em 1930, novamente em São Paulo.

Em 1921, no Rio de Janeiro foram criadas escolas noturnas para adultos com duração de um ano; em 1925 com a Reforma João Alves, surgiu o ensino noturno para jovens e adultos. Em 1930 foi iniciado um movimento contra o analfabetismo, com o objetivo de aumentar o número de eleitores.

Em 1940, os índices de analfabetismo indicavam o subdesenvolvimento de um país, o que despertou por parte de autoridades políticas o início de atenção a essa parcela da população. A alfabetização acontecia em escolas pela ação de voluntários, com métodos silábicos, tal qual se fazia com crianças. Infelizmente, na época, o analfabetismo era visto como 'uma doença nacional' e a pessoa analfabeta como 'inculto, preguiçoso, ignorante e incapaz'. Brasil.

Na Terceira República (1945-1964), o analfabetismo era visto como um problema grave, o que motivou ações populares de alfabetização para adultos, por parte de municípios, igrejas e movimentos sociais. Houve significativas conquistas.

Em agosto de 1945, foi aprovado o Decreto nº 19.513, que tornara a EJA oficial; a educação de adultos foi referendada pela dotação de 25% dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), destinados, especificamente, ao ensino da população adulta analfabeta. Em 1947, foi criada a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) cujo objetivo era o estímulo à criação de programas nacionais de educação. Em 1958, foi instituída a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA). Não obstante, tais iniciativas receberam muitas críticas, em razão de aprendizado superficial, inadequações no programa, materiais didáticos não específicos a alunos adultos etc.

Somente em 1961, foi instituída a Lei 4.024 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN), a qual determinou a educação como um direito de todos. Dessa forma, pessoas com mais de 16 anos podiam fazer os 'exames de madueza' e conseguiam concluir o então Curso Ginásial. Por conseguinte, outros movimentos em prol da educação de adultos surgiram.

Foi evidenciado que a dialogicidade entre aluno e professor é essencial ao longo do processo ensino-aprendizagem, de modo que ficou evidente a necessidade de se levar em conta as experiências de vida e os saberes dos alunos.

No período militar a concepção de alfabetização tinha caráter instrumental, com foco somente no domínio de informações necessárias para atender às demandas do mercado de trabalho.

Em 1967, surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), cujo objetivo era a alfabetização funcional de jovens e adultos, restringindo-se à aquisição de leitura, escrita e cálculo. Em 1971 foi instituído o Ensino Supletivo, por meio da Lei 5.692/71; essa lei e o Parecer 699/72 do Conselho Nacional de Educação (CNE) regulamentaram os cursos supletivos seriados e os exames com certificação. A matriz curricular dos cursos de supletivo seguia a mesma proposta do ensino regular, contudo de forma mais enxuta. O aspecto negativo é que não havia qualquer especificidade à população jovem adulta que frequentava escola.

Em 1985, o Mobral foi extinto e foi criada a Fundação Educar (Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos). Houve uma mudança na concepção da alfabetização, a qual passou a considerar a formação humana integral. Isso posto, a pessoa analfabeta passou a ser compreendido como alguém que não teve oportunidade de estudar na idade adequada, e não um ser incapaz.

A Constituição de 1988 passou a assegurar a educação como um direito de todo cidadão e um dever do estado.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

A década de 1990 foi marcada por efetivas iniciativas em prol da educação (1990 foi o Ano Internacional da Alfabetização; grandes parcerias entre ONGs, universidades e municípios ocorreram, bem como fóruns em prol das melhorias da EJA). Mais especificamente sobre a EJA, programas foram iniciados: Centros de Educação de Jovens e Adultos (Ceebjas), Programa Brasil Alfabetizado, entre outros. Em 1996, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, por meio da qual a EJA.

No ano 2000, foram promulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DCNEJA). Em 2001, foi sancionada a Lei 10.172, responsável pelo PNE. O PNE (2001-2010), visava:

à erradicação do analfabetismo adulto no período de 10 anos, garantir a oferta de EJA de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental para 50% da população de 15 anos ou mais no período de cinco anos, assegurar a oferta de EJA de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental para 100% da população de 15 anos ou mais em dez anos, dobrar a capacidade de atendimento da EJA do Ensino Médio em cinco anos, quadruplicar a capacidade de atendimento de EJA do Ensino Médio em dez anos, implantar a EJA em unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendem jovens e adolescentes infratores, ofertando os Ensinos Fundamental e Médio, bem como o Ensino Profissionalizante (INEP, 2004).

Em 2006, por meio do Decreto 5.840, foi instituído o Programa Nacional de Integração Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), com foco na formação continuada de trabalhadores em nível médio e técnico. Já o PNE (2014-2024), por meio da Lei 13.005, estabeleceu vinte metas para a educação brasileira, dentre as quais, destacam-se às relacionadas a EJA:

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Brasil, 2014, p. 33).

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional (Brasil, 2014, p. 35).

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional (Brasil, 2014, p. 37).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2018, a taxa de analfabetismo no Brasil passou de 6,8%, em 2018, para 6,6%, em 2019. Apesar da queda, o Brasil ainda tem 11 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que não sabem ler ou escrever.

A EJA deve ser vista como importante meio de fortalecimento do direito constitucional à educação e foi instituída como modalidade de ensino legalmente no Brasil, em 1996, por meio da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96.

2.2. Perfil do aluno estudante da EJA

Conforme mencionado anteriormente, A EJA passou a ser considerada uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio e com especificidade própria, a partir da nova LDB, Lei 9.394/96:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Ainda sobre a LDB, fica assegurado ao aluno da EJA:

- I. O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
- III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O ensino médio, conforme a LDB, tem como finalidades.

I. A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II. A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III. O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e prática.

A EJA atende a população brasileira acima dos quinze anos que nunca frequentou uma escola regular ou que tenha interrompido seus estudos. O alunado da EJA é diverso e heterogêneo, em especial quanto à faixa etária: há adolescentes, jovens, adultos e idosos. São pessoas provenientes de camadas populares da sociedade; como característica comum, são pessoas que não tiveram condições de ter completado a educação básica quando mais jovem. Usualmente são filhos de famílias pobres que tiveram que deixar os estudos precocemente para ajudar no sustento da casa; são também em sua grande maioria pessoas negras.

É preciso salientar a presença da mulher em salas de EJA: muitas foram subjugadas pela discriminação de uma sociedade machista, de modo que foram obrigadas a permanecerem em casa para cuidar de irmãos mais novos, de um parente doente ou com a responsabilidade dos afazeres domésticos de toda casa. Não são raros os relatos de alunas, cujo pai proibia a filha de ir para a escola ou mesmo de continuar frequentando os estudos para as manter em tarefas de casa ou para que não arrumassem namorados.

Em 2019, eram sessenta e cinco milhões de pessoas com quinze anos e mais que não possuíam o ensino fundamental completo, o que corresponde a quase um terço de população do país.

Em suma, os alunos da EJA são homens e mulheres trabalhadores, mas há também um número considerável de desempregados, muitas vezes marginalizados e que foram privados oportunidade de estudo no tempo certo. Desta forma trazem muitas inseguranças com relação a seu futuro. Corrobora com essas informações o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 (BRASIL, 2000), o qual afirma que estudantes em EJA possuem um perfil caracterizado por “Adultos ou jovens adultos, via de regra mais pobres e com escolaridade defasada. Estudantes que aspiram a trabalhar, trabalhadores que precisam estudar”.

Os quadros a seguir trazem, de forma resumida e didática, as características dos alunos da EJA:

Alunos da EJA com mais idade:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • O aluno que não teve oportunidade de estudar; • Está inserido no mercado de trabalho; • Buscam formação rápida, pois necessitam para seu crescimento no mercado de trabalho; • É responsável, pois tem família a qual deve sustentar; • Possui limitações, mas busca solucioná-las, pois tem muita força de vontade; • Tem consciência da necessidade de aprender; • Valoriza suas conquistas estabelecendo associações por decisão própria e perseverança. |
|---|

Fonte: Ejagrup011

Alunos da EJA mais jovens:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • O aluno que não permaneceu no ensino regular por falta de disciplina; • Multi-repetentes no ensino diurno, vão para a EJA para escapar dos constrangimentos; • Não tem responsabilidades; • Muitos prejudicam o processo de aprendizagem; • Veem a escola como um espaço de socialização. |
|---|

Fonte: Ejagrup011

Características relacionadas à linguagem:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Simplicidade; • Reprodução da fala do cotidiano; • Utilizam a bagagem de conhecimento de sua vida; • Varia de acordo com o tipo de ocupação ou atividade profissional. |
|---|

Fonte: Ejagrup011

Características relacionadas ao pensamento:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Pragmático; • Diferentes níveis de letramento; • Pouca criatividade; • Varia de acordo com os conhecimentos empíricos adquiridos. |
|--|

Fonte: Ejagrup011

Dificuldades principais dos alunos jovens e adultos em sala de aula:
• Medo de não se alfabetizar; • Cansaço; • Bloqueio na assimilação dos conteúdos e da realidade; • Vergonha; • Horários de trabalho (horas extras, plantões); • Ausência nas aulas; • Preocupações familiares.

Fonte: Ejagruppo11

Dificuldades dos alunos jovens e adultos no cotidiano de sua vida:
• Compreensão do funcionamento cognitivo em função do pertencimento dos alunos jovens e adultos a diferentes grupos culturais; • Elementos fundamentais para o trabalho bem-sucedido na EJA; • Efeitos dos programas educativos sobre as condições de alfabetismo dos jovens e adultos.

Fonte: Ejagruppo11

2.3 O acolhimento como prática pedagógica ao aluno em classe da EJA

É preciso levar em conta que muitos dos alunos em classes de EJA estavam há muito tempo sem estudar e trazem consigo a expectativa de ter nos estudos um diferencial para uma possível melhora social. Vale ressaltar que o ensino ao aluno da EJA é condição de participação social, já que são pessoas muitas vezes constrangidas por não saberem ler ou por terem uma dificuldade muito grande na decodificação da mensagem e, por consequência, são socialmente excluídos e ou discriminados. A maioria deles sabe que os estudos são a via de acesso à inclusão, todavia, em muitos casos, não possuem estímulo nem tempo para os estudos. É, portanto, papel da escola propiciar-lhes recursos favoráveis para seu desenvolvimento, com foco na cidadania crítica, de modo a estarem aptos para atuarem na coletividade, pois a aprendizagem da leitura e escrita propicia efetivamente a inclusão das pessoas na sociedade, além de futura conquista da própria autonomia.

Pelas peculiaridades do alunado da EJA, existe a necessidade de um preparo docente bastante específico. Segundo Arroyo (2012): “se são outros sujeitos, requerem outras pedagogias”. Contudo o que se vê hoje é uma falta de critério na escolha do corpo docente para trabalhar com esse público. É essencial que haja um coordenador que conheça a realidade do alunado da EJA, para que este membro da escola esteja apto a realizar a mediação entre estudantes e professores, para assegurar o acolhimento com base na escuta atenta, tão necessária a quem volta a estudar depois de muito tempo.

Em classes de EJA, o acolhimento deve ser uma ação pedagógica primordial, com o objetivo de dar as boas-vindas a todos os partícipes do processo ensino-aprendizagem: alunos, professores, coordenação e direção, com o objetivo de integrar

esses alunos entre si, com a escola, funcionários e, por consequência, fortalecer a conexão entre eles. O ato de acolher visa despertar nos estudantes o sentimento de pertencimento, e, principalmente, permitir seu desenvolvimento integral. Vale ressaltar que o acolhimento não deve ocorrer em um determinado momento, ele deve perpassar toda vivência escolar do aluno; ele é tão importante, pois estimula capacidades socioemocionais.

A escola que consegue compreender que ensinar vai além de transmissão de conteúdos consegue compreender quão essencial é o acolhimento. O acolhimento não é apenas um gesto de gentileza; é uma prática que pode transformar vidas.

Na prática do cotidiano escolar, o acolhimento ao aluno da EJA pode ser verificado em ações simples, tais como:

- **Recepção humanizada:** Desde o primeiro contato com o aluno da EJA, corpo docente, coordenação e direção devem promover a sensação de que os alunos e suas famílias são bem-vindos;
- **Atenção às necessidades individuais:** É preciso que a escola tenha sensibilidade o bastante para conseguir identificar as particularidades de cada aluno e oferecer suporte customizado, segundo a necessidade de cada um;
- **Criação de vínculos:** é dever da escola a promoção de relações saudáveis entre alunos, professores, coordenação, direção e famílias.

O acolhimento sensibiliza positivamente diversos aspectos do desenvolvimento dos alunos da EJA, trazendo a eles impactos notoriamente positivos:

- **Melhora no desempenho acadêmico:** alunos que se sentem acolhidos têm maior motivação para participar das aulas e realizar tarefas; ademais sentem menos medo de errar, pois sabem que, qualquer tentativa de zombaria ou diminuição seria imediatamente reprimida;
- **Melhora no desenvolvimento socioemocional:** o ambiente acolhedor certamente ajuda os alunos da EJA a desenvolverem habilidades como participação no trabalho em equipe, empatia e autoconfiança, melhora na comunicação, resiliência, assertividade;
- **Redução de problemas comportamentais:** O acolhimento é também um suporte emocional que permite a diminuição da incidência de conflitos, pois é capaz de promover um ambiente mais colaborativo.

Para que o acolhimento seja de fato vivenciado, algumas práticas devem ser adotadas como condição *sine qua non* para o ambiente escolar:

- **Capacitação de corpo docente, coordenação e direção:** a equipe deve receber formação contínua para identificar e atender às necessidades dos alunos de EJA;
- **Atividades de integração:** no Projeto Político Pedagógico da escola, deve estar evidenciada a necessidade projetos que incentivam a colaboração e o fortalecimento dos laços entre os alunos;
- **Grande valorização às histórias de vida discente:** o aluno da EJA traz grande e rica bagagem de vida e essa deve ser elemento essencial na construção de novos saberes.

O acolhimento propicia que o sujeito "(...) se aproprie do mundo e construa a si mesmo, se eduque e seja educado" (CHARLOT, 2000). Ainda segundo o autor, o sujeito

que constrói sua própria história singular consegue se inscrever na história do gênero humano, e dessa forma ocupa um lugar social.

2.4 Práticas pedagógicas exitosas em classes de EJA que concernem o acolhimento como condição essencial

O modo como os educadores de EJA devem construir alternativas para lidar com a heterogeneidade de níveis de conhecimento e de ritmos de aprendizagem durante as aulas é aspecto fundamental para o sucesso de um ambiente ensino-aprendizagem acolhedor. É necessário um cuidado docente ao lidar com seus alunos jovens e adultos, quando planejam a aula e como definem atividades específicas para este alunado.

Eis exemplos de práticas pedagógicas em salas de EJA que visam ao acolhimento discente e respeito às individualidades:

- Aulas devem ser pensadas e organizadas dependendo do grupo, do número de alunos que há na sala. Não é possível reproduzir aulas já aplicadas em outros grupos, pois poderiam estar desrespeitando as peculiaridades do grupo presente;
- Ainda que haja uma rotina escolar e necessidade de cumprimento de um planejamento, é preciso grande atenção na distribuição das atividades em sala; é necessário verificar o que foi feito e o que não foi feito como tarefa de casa; muitos dos alunos não o fizeram pela rotina estafante que enfrentam. Dessa forma, a correção do dever de casa deve ser um momento de ajuda e revisão de conteúdo aos que não fizeram a tarefa de casa;
- A falta de recurso financeiro para a aquisição de materiais não pode ser impedimento para acompanhar as tarefas de sala de aula;
- Ainda que as tecnologias sejam excelentes ferramentas educacionais, é preciso considerar a dificuldade de acesso ou acesso tardio a tais recursos, bem como a falta de familiaridade que a pessoa de mais idade usualmente tem;
- O trabalho em grupo é excelente forma de socialização e oportunidade de ensinar sobre cooperação: sempre há quem saiba mais, porém aquele que sabe menos sobre um determinado assunto ainda assim pode contribuir de alguma forma: socialização das atividades é o propósito maior.

Uma das particularidades que precisa estar presente no trabalho de EJA é a flexibilidade na organização metodológica e curricular, de modo a possibilitar lidar com os diferentes ritmos de aprendizagem e com as diferenças de apropriação do conhecimento. Nesse contexto, ação do professor mediador é de suma importância.

Outra peculiaridade do aluno da EJA é que, muitas vezes, sua dificuldade não se resume somente às de âmbito escolar (dificuldade com números, com interpretação, com memorização). Anterior às dificuldades discente, estão as dificuldades da vida: baixa autoestima, falta de incentivo familiar, condições precárias de moradia, submissão a empregos que o exploram, baixíssima renda, entre outros. À grande parte dos alunos de EJA não foi dado o direito de escolher suas formas de vida e de sobrevivência.

Segundo Arroyo (2005):

Na história da EJA, encontraremos uma constante: partir dessas formas de existência populares, dos limites de opressão e exclusão em que são forçados a ter de fazer suas escolhas entre estudar ou sobreviver, articular o tempo rígido de escola com o tempo imprevisível da sobrevivência. Essa sensibilidade para essa concretude das formas de sobreviver e esses

limites a suas escolhas merece ser aprendida pelo sistema escolar se pretende ser mais público. Avançando nessas direções, o diálogo entre EJA e sistema escolar poderá ser mutuamente fecundo. Um diálogo eminentemente político, guiado por opções políticas, por garantias de direitos de sujeitos concretos. Não por direitos abstratos de sujeitos abstratos.

É, portanto, possível inferir que as adversidades que acometem o aluno da EJA requerem a mediação docente nas situações de ensino-aprendizagem; não é possível assemelhar suas práticas pedagógicas ao ensino regular.

Ainda segundo Arroyo (2005):

Essa tensão se indicia pela recriação dos modos de atendimento próprio do ensino regular, tais como a organização dos alunos de acordo com os diferentes ritmos de trabalho, a ideia da potencialidade dos sujeitos na aprendizagem, o uso de recursos lúdicos, a necessidade de se conhecer efetivamente o sujeito real de direito à educação, entre outras práticas. Esse processo evidencia a possibilidade de situarem as particularidades das práticas escolares da EJA e vem fazendo com que se revise a lógica da organização do sistema escolar "dito" regular, buscando-se "formas mais inclusivas, igualitárias de garantir esses direitos.

Tais práticas tornam o ambiente escolar efetivamente inclusivos, pois individualidades são consideradas; é preciso transmitir aos alunos de EJA um ambiente seguro e acolhedor, que os concerne como "Sujeitos sócio-culturais constituem-se, pois, em suas experiências vividas no mundo da vida, pelas quais se fazem a si mesmos e à história humana. Uma história-práxis de sujeitos que são, ao mesmo tempo, sua própria história" (TEIXEIRA, 1996).

O aluno da EJA, que já é socialmente excluído, traz uma bagagem de vida muito preciosa e essa deve ser elemento para a construção da sua relação com novos saberes. Enquanto esse aluno desenvolve ações de aprendizagens, ele também aprende passa a ter consciência de suas potencialidades e capacidades, bem como de dificuldades. Segundo CHARLOT (2000), Desse modo, ao pensarmos os sujeitos jovens-adultos na sua relação com o saber "(...) é estudar esse sujeito enquanto confrontado com a necessidade de aprender e a presença de 'saber' no mundo". Assim este trabalho evidencia a urgente necessidade de um esforço mais amplo de todos os atores do processo ensino-aprendizagem em prol da promoção efetiva do acolhimento ao aluno da EJA, para que seja evitada evasão / novo abandono de estudos; muitas vezes de alunos que estão em sua última tentativa de retomar estudos, algo tão importante e dignificante para o ser humano.

3 METODOLOGIA

O presente estudo é feito com base em análise de documentos, ideias e pensamentos de estudiosos, considerando questões que permeiam a importância da promoção do acolhimento aos alunos da EJA, bem como de que forma o papel de cada ator do processo ensino-aprendizagem (corpo docente, coordenação e direção) contribui para o bem-estar do aluno da EJA, já que, segundo Leite (2013), o aluno da EJA é formado por "pessoas totalmente carentes, são trabalhadores, tem sua linguagem própria, e a toda instante expressa a sua veracidade na sociedade, tem-se um desejo e

uma necessidade para a busca de um ensino aprendido. Esses jovens e adultos são portadores de culturas; do meio rural, da periferia, da vila, da origem étnica, da religião etc. eles educam, cuidam de si e dos outros, possuem múltiplos saberes, apesar de não possuírem saberes propriamente escolares”. O acolhimento é fator essencial na continuidade dos estudos do aluno da EJA.

Quanto ao procedimento, tratou-se de pesquisa bibliográfica, já que foram extraídas informações acerca sobre a história da EJA no Brasil, de exemplos de situações de ensino-aprendizagem em que o acolhimento fez a diferença, de metodologias pedagógicas que visam à condução do aluno no processo ensino-aprendizagem e do perfil do aluno estudante EJA e a abordagem docente quanto ao processo de ensino-aprendizagem. A finalidade é apontar a necessidade de uma abordagem crítica em relação a uma questão tão relevante, visto que o acolhimento é essencial ao aluno da EJA, por se tratar de alunos que já tiveram suas trajetórias de vida de alguma forma interrompidas, estudos não concluídos por inúmeras razões.

Assim este trabalho evidencia a urgente necessidade de um esforço mais amplo de todos os atores do processo ensino-aprendizagem em prol da promoção efetiva do acolhimento ao aluno da EJA, para que seja evitada evasão / novo abandono de estudos; muitas vezes de alunos que estão em sua última tentativa de retomar estudos, algo tão importante e dignificante para o ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral explicitar a importância de a escola e seus atores promoverem acolhimento aos alunos da EJA. A presente pesquisa evidenciou a urgente necessidade de um esforço mais amplo de todos os atores do processo ensino-aprendizagem em prol da promoção efetiva do acolhimento ao aluno da EJA, para que seja evitada evasão / novo abandono de estudos; muitas vezes de alunos que estão em sua última tentativa de retomar estudos, algo tão importante e dignificante para o ser humano.

A Educação de Jovens e Adultos representa a oportunidade de concluir os estudos em tempo hábil a pessoas que não tiveram oportunidade de ingressar no ensino básico formal em idade regular; trata-se de uma modalidade amparada em leis: Constituição de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 9394/96), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DCNEJA), Plano Nacional de Educação (PNE).

O papel do professor na vida dos alunos é de grande importância e de fato transformador, pois educadores não apenas compartilham conhecimento acadêmico, como também desempenham um papel fundamental no desenvolvimento pessoal, emocional e social de seus alunos.

Acolher é preciso! Práticas pedagógicas exitosas fazem toda diferença no acolhimento ao aluno da EJA: envolvimento de toda comunidade acadêmica (professores, coordenadores, diretores) em prol do respeito às individualidades; promoção de situações ensino-aprendizagem dispostas a entenderem as peculiaridades

deste alunado; total valorização às histórias de vida trazidas, elementos muito preciosos e que contribuem exemplarmente na aquisição de novos saberes.

Este estudo permitiu perceber que a Educação de Jovens e Adultos, mais que do que a outros alunos de ensino regular, torna-se uma condição participativa na sociedade, já que os obstáculos outrora vivenciados pelos alunos da EJA no decorrer de suas vidas pessoais evidenciam a relevância da inclusão por meio do acolhimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BES, P. “Andragogia – Princípios da educação de jovens e adultos”, In: **Andragogia e educação profissional**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os desafios do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC/INEP, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Mapa do Analfabetismo no Brasil. INEP. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_analfabetismo_do_brasil.pdf . Acesso em: 26.09.2024.

BRASIL. Parâmetros Curriculares em Ação para a EJA. Brasília, 1999.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000: Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a educação de Jovens e Adultos. CNE/CEB, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. LDB - LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf . Acesso em: 26.09.2024.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. **Afetividade e letramento na educação de jovens e adultos EJA**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, V. M. A importância do acolhimento e escuta na educação infantil. **Primeira Evolução**, Ano II - Nº 22 - Novembro de 2021 - ISSN: 2675-2573. Disponível em: <https://primeiraevolucao.com.br/index.php/R1E/article/view/170/160> . Acesso em: 22.09.2024.

SIQUEIRA, A. R.; GUIDOTTI, V. "Um novo paradigma de aprendizagem de jovens e adultos", In: **Educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Sagah, 2017.

_____. "Opções metodológicas no trabalho docente em EJA", In: **Educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

SOUZA, M. A. **Educação de Jovens e Adultos**. 2ª ed. rev., atual. e ampl. Curitiba: Ibpex x Dialógica, 2011.

TEIXEIRA, I. C. Os professores como sujeitos sócio-culturais. In: DAYRELL, J. T. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.